



## ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA ATIVIDADE RURAL EM UMA MICROBACIA HIDROGRÁFICA

Myriam Angélica Dornelas<sup>1</sup>  
Anderson Alves Santos<sup>2</sup>  
Luis Cláudio Davide<sup>3</sup>  
José Luiz Pereira de Rezende<sup>11</sup>

### RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar os principais limites e potencialidades sociais dos agricultores da microbacia dos Córregos São Pedro e Araras no município de Bambuí – MG. Para tanto foi realizado um estudo de caso exploratório e descritivo com coleta de dados por meio da aplicação de questionário semiestruturado a 70 produtores inseridos na microbacia. Obteve-se que as principais potencialidades sociais foram relativas às relações de confiança da comunidade e localização favorável. Na visão dos produtores os principais fatores limitantes, em relação aos sociais, ligados principalmente às condições das estradas e falta de apoio aos pequenos produtores (assistência técnica, informação sobre políticas públicas). Pode se indicar algumas alternativas para revitalização de ordem social desta microbacia: as principais ações de cunho social que devem ser empenhadas são a respeito de conservação das estradas e informação aos produtores por meio da atuação de órgãos públicos. A principal alternativa socioeconômica sugerida é a associação dos produtores referente à cadeia produtiva a qual estão inseridos. Essa alternativa aproveita o capital social comunitário forte, presente na bacia.

**Palavras-chave:** produtores rurais, economia, sociedade.

<sup>1</sup> IFMG - Campus Bambuí. E-mail: myriam.dornelas@ifmg.edu.br

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Formiga. E-mail: alvessanto@gmail.com

<sup>3</sup> UFLA. E-mail: acdavide@dcf.ufla.br

<sup>11</sup> UFLA. E-mail: jlprezen@dcf.ufla.br

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios da sociedade moderna é garantir a utilização dos recursos naturais associada ao crescimento econômico de forma sustentável. Esse desafio é crescente à medida que se intensificam os impactos ambientais, a pobreza, a desigualdade social e a necessidade de segurança alimentar. Os governos, a sociedade civil, setor privado e outros atores devem atuar conjuntamente no intuito de enfrentar tais desafios e desenvolver estratégias apropriadas de combate a esses problemas. Assim, é importante que se crie condições que compatibilizem o desenvolvimento socioeconômico com vistas a uma exploração ambientalmente sustentável e, nesse quesito, as normas jurídicas específicas poderiam aliar instrumentos de comando e controle a ferramentas de incentivo econômico objetivando à promoção da conservação e preservação ambiental.

A partir da década de 1980 estabeleceram-se demandas formuladas pelos movimentos sociais brasileiros que, desde os anos 1970 e decorrer dos 80, organizaram-se em torno de questões urgentes, a princípio mais “urbanas”, tais como moradia, educação, saúde, saneamento, transporte, etc. Esse fato foi chamado por Dagnino (1994) de “cidadania ampliada”.

Essa nova cidadania buscava o estabelecimento de canais de comunicação entre surgimento de novos sujeitos sociais e de direitos de naturezas diversas, concentrando seus esforços na ampliação dos espaços das políticas que se fizessem necessárias à melhoria das situações vividas por essas pessoas. Se, antes, o Estado era visto como o inimigo a ser enfrentado e derrotado, passava, agora, a entrar em sintonia com a formatação de alguns cenários de campos de atuação partilhadas, na busca de uma consolidação associativa mais democrática, mais participativa.

A participação, no entender de Avelar (2004), é entendida, de maneira simples, como a ação de indivíduos e, ou, grupos objetivando influenciar o processo político. Assim, ela é a ação que se desenvolve em solidariedade com outros (nós da rede) no âmbito de estado ou classe, com o objetivo de modificar ou conservar a estrutura – e dentro desta, seus valores [para aprofundamento no assunto ver Anderson (1998), Aquino (1988), Arendt (1995), Chauí (1994), Hegel

(1975), Minogue (1998), Aranha e Martins (1993), e Dahl (2001), entre outros]. O intuito da rede é minorar os impactos, sejam quais forem.

Especificamente no meio rural, boa parte dos impactos sociais sofridos é resultado de questões que vão desde o acesso à saúde, aos meios de comunicação e mídia, à capacitação profissional, educação de seus filhos, boas condições de estradas e transporte, dentre outros. Além disso, muitos produtores rurais podem ter reduzidas suas atividades de lazer e culturais, o que impacta, também, a qualidade de vida.

O presente trabalho tratará de uma análise dos impactos sociais, elencados pelos produtores rurais da microbacia hidrográfica dos Córregos São Pedro e Araras no município de Bambuí – MG.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A dimensão social não se refere apenas à distribuição espacial, de gênero e etária de uma população, mas remete, de maneira especial, ao conjunto de relações sociais e econômicas que se estabelecem em qualquer sociedade e cuja fundamentação é tão variada quanto a religião, a ética e a própria cultura. De fato, são precisamente essas interrelações que fundamentam, em boa medida, o grau de acesso às diferentes formas do processo político regional e local (SEPÚLVEDA, 2005).

De acordo com Sepúlveda (2005) espera-se que na gestão dos aspectos sociais, perceba-se a agregação de atores do desenvolvimento atentando para, em primeiro lugar, as diversas formas de organização e de participação nos processos de tomada de decisões e à organização dos diversos grupos de interesses, formados em torno das necessidades percebidas como sendo comuns. Em segundo lugar, ao tipo e força das interações criadas e, ou, existentes entre a sociedade civil e os governos locais e regionais, assim como em outras instâncias instituídas pelo setor público.

Assim, ainda no entender de Sepúlveda (2005, p. 47), tanto as diferenças de gênero quanto a diversidade étnica, “devem ser vistas como atributos ou recursos socioculturais que pedem formas específicas de tecido social para o bem comum”; daí a importância das redes. Dessa forma são fundamentais os laços de interação social para que se promova e consolide os processos tanto de

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 166 - 192, abr./set. 2017.

participação quanto de democratização local e regional. Enfatiza-se a bagagem de conhecimento, informação, capacidade e destreza das populações específicas; qualidades estas, pertinentes para gerar valor agregado em determinados processos produtivos e na distribuição de benefícios gerados por esses processos da melhor maneira possível.

Em torno do desenvolvimento rural, deve-se ater ao apontamento de vantagens ou obstáculos geográficos de localização, estudando a montagem das “redes”, das “convenções”, em suma, das instituições que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – capazes de enriquecer o tecido social de certa localidade (NAZZARI, 2003).

Entre duas ou mais comunidades com a mesma quantidade de recursos instrucionais (capital humano) e materiais (capital físico) o que as distingue, no que tange ao desempenho de seus membros, é a existência de capital social, isto é, a existência de laços de confiança e reciprocidade estabelecidos, que tornarão possíveis a mobilização dos indivíduos para a ação coletiva (PASSADOR *et. al.*, 2005). Neste sentido, o conceito de capital social foi definido como

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, a vinculação a um grupo, como um conjunto de agentes que, não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas relações são irreduzíveis a relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social, porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade (BORDIEU, 1980, p. 65, *apud* MATOS, 2002, p. 68).

De acordo com Peres (2003), mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais, é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capazes de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores.

Nazzari (2006), reafirma esse entendimento quando menciona que o capital social é uma teia invisível que sustenta todas as relações sociais. Portanto, se a sociedade não for organizada e seus níveis de confiança forem baixos, a

desconfiança impede as pessoas de associar-se, cooperar e participar das questões políticas emergentes para o desenvolvimento das comunidades em que vivem. Sabe-se que, as crenças e valores culturais e a abertura para novos conhecimentos e técnicas vivenciadas e trocadas pelos demais produtores rurais, podem formar uma rede importante de cooperação e expandir o capital social e o desenvolvimento sustentável nas comunidades.

Para Sachs (2004), a produção de meios de subsistência depende da combinação de acesso a ativos requeridos para a produção de bens e serviços para autoconsumo, no âmbito da economia doméstica; acesso ao treinamento e assistência técnica, técnicas e ativos necessários e produção de bens orientados para o mercado mediante o autoemprego; disponibilidade de trabalho decente; acesso universal aos serviços públicos; acesso à habitação construída e disponibilidade de tempo livre para atividades não produtivas. O autor menciona, ainda, que para que ocorra um desenvolvimento que inclua os menos favorecidos requer, prioritariamente, que se garanta o exercício dos direitos civis, cívicos e políticos, e que, além disso, o conjunto populacional deva ter, também, oportunidades iguais de acesso a serviços públicos, tais como educação, segurança, transporte, proteção à saúde e moradia.

A construção de uma sociedade sustentável envolve a promoção de uma educação que estimule a transformação tanto ética quanto política dos indivíduos, bem como das instituições, promovendo mudanças que percorram o cotidiano individual e coletivo. De acordo com Sachs (2004) a educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização e a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e estima. É claro que tem um valor instrumental com respeito à empregabilidade.

Os indicadores educacionais rurais do Brasil estão entre os piores da América Latina, como mostram os trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL (2002). Por isso, a juventude rural se constitui em ator estratégico voltado para a formação de capital humano, necessário para impulsionar a formação de cadeias agroalimentares, aproveitar as diversas tecnologias existentes e disponibilizadas e, de maneira geral, elevar a competitividade da agricultura (SEPÚLVEDA, 2005). Já o acesso aos serviços de

saúde faz parte de um objetivo mais amplo, que é o de melhorar a saúde das pessoas. Isto depende de variados fatores: alimentação adequada (segurança alimentar), acesso à água limpa, melhoria das condições de moradia e de trabalho, melhor educação e medidas preventivas, como vacinação.

Conforme Costabeber e Caporal (2003), a dimensão social representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade.

Sob o ponto de vista temporal, esta noção de equidade ainda se relaciona com a perspectiva intrageracional (disponibilidade de sustento mais seguro para a geração presente) e com a perspectiva intergeracional (não se pode comprometer hoje o sustento seguro das gerações futuras) (SIMÓN FERNÁNDEZ; DOMINGUEZ GARCIA, 2001).

A sustentabilidade social está vinculada a um padrão estável de crescimento, equalizando a distribuição de renda com a redução das diferenças sociais, elevando a qualidade de vida do agricultor, de sua família e da comunidade local. Nesse sentido, é importante a participação das três esferas de governo em projetos sociais que possam contribuir com a permanência, digna, do agricultor em sua propriedade. Espera-se que em uma análise das situações sociais possam se encontradas boas condições de educação, saúde, estradas, lazer, transporte coletivo, energia elétrica, assistência técnica, sistema de crédito, organização comunitária, etc.

A dimensão social inclui, principalmente, a busca contínua de melhores níveis de qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos com qualidade, com a eliminação do uso de insumos tóxicos no processo produtivo agrícola mediante novas combinações tecnológicas. Nesse caso, é a própria percepção de riscos e, ou, efeitos maléficos da utilização de certas tecnologias sobre as condições sociais das famílias de agricultores que determina ou origina novas formas de relacionamento da sociedade com o meio ambiente, um modo de estabelecer uma conexão entre a dimensão social e a ecológica, sem prejuízo da dimensão econômica (um novo modo de “cuidar da casa” ou de “administrar os recursos da casa”) (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 166 - 192, abr./set. 2017.

Costabeber e Caporal (2003), completam ainda que os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a “identidade cultural” das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema.

A agricultura, nesse sentido, precisa ser entendida como atividade econômica e sociocultural – uma prática social – realizada por sujeitos que se caracterizam por uma forma particular de relacionamento com o meio ambiente. Esta faceta da dimensão cultural não pode e não deve obscurecer a necessidade de um processo de problematização sobre os elementos formadores da cultura de um determinado grupo social. Nesse contexto, o desenvolvimento rural sustentável deve ser concebido a partir das concepções culturais e políticas próprias dos grupos sociais, considerando-se suas relações de diálogo e de integração com a sociedade maior, através de representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais, numa lógica que considera aquelas dimensões de primeiro nível como integradoras das formas de exploração e manejo sustentável dos agroecossistemas.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

A área de abrangência do estudo está inserida na Bacia do Rio São Francisco, envolvendo a região do Alto São Francisco, especificamente na sub-bacia do Rio Ajudas. A microbacia dos Córregos São Pedro e Araras, encontra-se completamente na área rural do município de Bambuí – MG, totalizando 7.415 ha, e apresentada na Figura 1.



respondentes, ou seja, 70 produtores, que são os sujeitos centrais desta pesquisa.

Os procedimentos de coleta dos dados foram realizados por meio de dados primários e secundários. Os dados secundários foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e permitiram a construção da respectiva revisão de literatura e caracterização da área de estudo. O instrumento de coleta dos dados junto aos produtores rurais foi um questionário semiestruturado.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Perspectivas familiares e geração futura

A ideia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura (OECD, 1993). Por isso, buscou-se conhecer a escolaridade da geração representada pelos filhos dos produtores respondentes, se o estudo dos filhos contribui na gestão do negócio, bem como as perspectivas familiares de continuidade dos filhos na atividade rural.

Dos 70 produtores entrevistados, oito não tem filhos; dos 62 produtores restantes, identificou-se 163 como sendo a quantidade total de filhos. O resultado sobre a escolaridade dos filhos demonstrou que a mesma se elevou com a mudança de geração, com a maioria dos filhos cursando ou já tendo concluído o ensino superior e nenhum analfabeto, conforme vislumbrado na Tabela 1.

Tabela 1 Escolaridade dos filhos dos produtores rurais pesquisados

<b>Itens discriminados</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
Não estuda (bebê)	9	5,52
Analfabeto	0	0
Pré-primário	6	3,68
Primário	19	11,66
1º grau	28	17,18
2º grau	45	27,61
Ensino superior	50	30,67
Pós-graduação	6	3,68
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2011)

A escolaridade dos filhos, muito maior que a dos pais, pode ser explicada pela ampliação do acesso à escola dos anos 1990 em diante. Há diferença entre as opiniões de pequeno, médio e grande produtor referente à continuidade das atividades educacionais dos filhos: o pequeno e médio produtor, em sua maioria, espera que o filho dê continuidade ao empreendimento porque já contribuem na gestão do negócio, gostam de lidar com animais e plantas, estão terminando os estudos na área rural, por tradição familiar e muitos produtores esperam que haja o interesse e mencionaram que tudo o que fazem e possuem são para os filhos e estes devem tomar conta futuramente; e dos grandes produtores as respostas variaram entre acreditarem que talvez o filho continue e que não continuará no negócio da família. Disseram que os filhos não terão ou já não têm o interesse em dar continuidade no segmento pelos motivos destes trabalharem em outras áreas profissionais, não gostarem do meio rural, acharem que gera pouca renda, ou ainda, o próprio produtor achar interessante o filho continuar os estudos e se formar em outras áreas.

Neste sentido, os produtores da microbacia dos Córregos São Pedro e Araras enfrentam situações distintas com relação às perspectivas familiares e a geração futura. A primeira diz respeito aos filhos continuarem à frente da gestão do negócio, onde os resultados demonstraram uma significativa ruptura da participação e tradição familiar em relação ao gerenciamento do empreendimento rural pelos filhos. Isto é, diferentemente destes produtores que assumiram a gestão do negócio agropecuário de seus pais por vocação ou por falta de outras oportunidades, seus filhos não se sentem obrigados a dar essa contribuição. E a segunda relaciona-se à questão de, futuramente, os produtores encararem problemas relativos à sucessão do empreendimento rural, visto que a maioria dos filhos possivelmente não seguirá as atividades dos pais.

Muitos autores realizaram estudos específicos sobre a sucessão de empreendimentos rurais. Abramovay *et al.* (1998) estudou os novos padrões sucessórios pela juventude familiar e afirmaram que a profissão de agricultor perde o caráter 'moral' que já teve no passado e coloca-se como uma possibilidade entre outras. Acaba a fusão entre o destino da unidade produtiva e o da própria família. Ahlert (2009) abordou em sua pesquisa a sucessão das atividades na agricultura familiar, Brumer (2007) verificou a problemática dos jovens rurais na pós-modernidade, Mello *et al.* (2003) tratou sobre a sucessão

hereditária e reprodução social da agricultura familiar, Siqueira (2004) identificou as perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar e Zorzi (2005) estudou a transmissão da propriedade. Ambos os estudos supracitados convergiram com os resultados obtidos nesta pesquisa onde concluíram que o meio rural enfrenta sérios problemas de sucessão pelo fato dos filhos não se interessarem em continuar nas atividades rurais desenvolvidas pela família.

#### **4.2 Utilização dos meios de comunicação e acesso à informação**

Os principais meios de comunicação que os produtores usam para se informarem diariamente é a televisão (24 respondentes) – destacando programas e canais referentes à atividade agrícola, tais como Canal Rural, Terra Viva, jornais e TV Escola.

Dentre os resultados apresentados, uma informação muito importante é que 57% dos produtores não possuem computador em casa, 29% têm computador, mas admitiram não usarem por não saber, não ter tempo, os computadores serem dos filhos, nunca ter tido curiosidade, dentre outros motivos. Somente 1% dos respondentes diz saber usar algum programa de computador, apesar de não possuírem o equipamento em casa e, apenas, 13% tem computador, sabem usá-lo e utilizam programas específicos para a gestão da atividade agropecuária.

Quanto ao uso de computador, apenas quatro dos 55 pequenos produtores usam algum programa específico para a atividade rural, enquanto 36 não têm o equipamento em casa. Entre os médios, quatro afirmaram ter o computador, porém não usam e três também não possuem computador em casa. Três, dos seis grandes produtores, utilizam-se de programas específicos para a gestão rural, dois tem computador, mas não sabem usá-lo e apenas um não tem.

É importante destacar que a tecnologia digital e, ou, *online* poderia ser empregada como uma ferramenta capaz de otimizar a produtividade rural, facilitar a comercialização dos produtos, favorecer o intercâmbio de experiências profissionais e a conseqüente disseminação de novas práticas no processo produtivo. Além disso, a inclusão digital permitiria a inserção do produtor de um contexto local para um ambiente global, assegurando-lhe o reconhecimento e

valorização enquanto ser social (BORGES, 2007; CASTELLS, 2003; FELICIANO *et. al.*, 2004; FELICIANO *et. al.*, 2007; JESUS *et. al.*, 1996; PORCIÚNCULA, 2008; SANTOS, 2003; SILVA; VELA, 2002; SILVA JÚNIOR, 2001; VALE; SANTOS, 1998).

### **4.3 Situação da saúde**

A maioria dos produtores rurais (67%) não possui planos de saúde; dentre os principais motivos para isso estão o de nunca ter procurado se informar, não ter constatado problema clínico de saúde, ser oneroso, os membros da família são jovens, pela burocracia dos planos, e por usar o serviço público de saúde. Por outro lado, 23 respondentes (33%) possuem planos de saúde e essa porcentagem é representada por cinco grandes produtores, quatro médios e 14 pequenos.

Quando questionados sobre a avaliação do serviço público de saúde, 23 deles avaliaram o serviço como bom, 22 como regular e 10 como ótimo. Enquanto apenas 9 avaliaram o serviço como péssimo e 6 não usaram o serviço por não morarem na cidade ou utilizarem apenas do serviço privado.

Dentre os principais motivos referenciados como ótimo e bom destacam-se a qualidade do atendimento, a boa vontade e atenção da equipe de profissionais de saúde. Os produtores que avaliaram como regular o serviço prestado disseram que o posto de saúde deveria ter mais especialidades médicas, melhoria no atendimento, redução no tempo de espera para as consultas e atendimentos e modernização dos equipamentos.

O serviço público de saúde foi avaliado como péssimo, porque os seus usuários alegaram não ter acesso ao atendimento quando necessário, além da precariedade do serviço, levando-os à procura do serviço particular ou busca pelo serviço no município vizinho. Desta forma, embora o sistema de saúde nacional, o SUS, preconize o atendimento universal e igualitário, organizado para atender todo o cidadão brasileiro de forma integral, desde a prevenção e promoção da saúde até a cura e reabilitação, ainda enfrenta obstáculos para a sua real implementação.

Em relação à saúde familiar 19 produtores revelaram não ter nenhum problema de saúde na família e dos 51 que informaram algum problema,

destacando-se: hipertensão (30 produtores), diabetes (9), colesterol alto (6), problemas cardíacos (6) e coluna (6), doença de Chagas (5), entre outros.

Rodrigues (2007) argumenta que o agir da comunidade rural frente às questões da saúde e qualidade de vida constitui-se em cuidados relacionados aos hábitos de vida para a manutenção e, ou, melhorias nas condições de saúde, na associação dos conhecimentos popular e científico para o tratamento da doença e na participação social, através de ações de caráter coletivo, principalmente em grupos na comunidade.

#### **4.4 Assistência técnica**

Os resultados demonstraram que 38 dos produtores rurais afirmaram não receber nenhum tipo de assistência em sua propriedade, destes 36 são pequenos produtores, um médio e um grande. De acordo com Bianchini (2005) a maioria dos estabelecimentos familiares não tem acesso à assistência técnica, sendo que apenas 11 recebem algum tipo de apoio técnico em seus estabelecimentos.

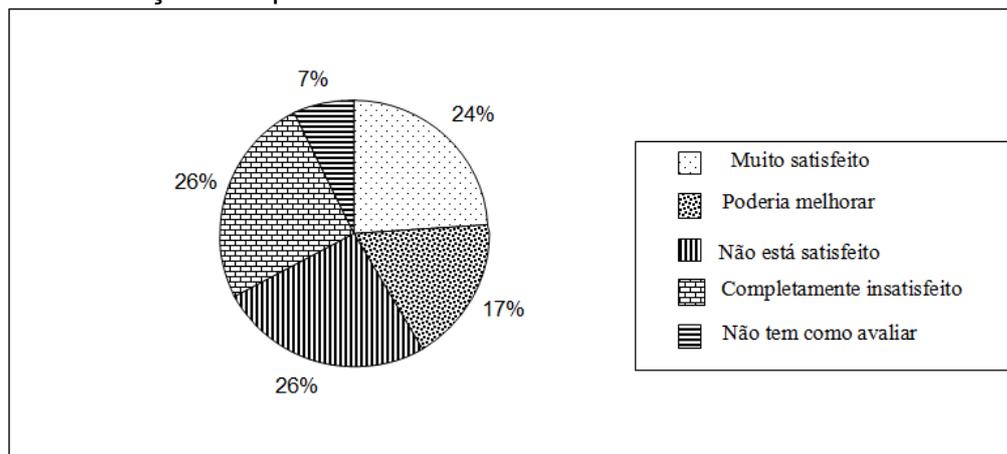
O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) revelou que a orientação técnica chega a apenas 22% dos estabelecimentos, e é mais comum nos médios e grandes produtores. Além disso, perceberam que o nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento tem uma forte relação com o recebimento de orientação técnica.

Verificou-se, nesta pesquisa, que a assistência prestada por órgãos públicos quando os produtores procuraram pelo órgão, representou 9 (oito pequenos e um médio). Os casos em que o órgão procurou pelo produtor para oferecer a assistência englobaram apenas 3 (dois pequenos e um médio) das propriedades dos produtores respondentes. Tais informações contrariam os dados do Censo Agropecuário de 2006 de que a orientação técnica de origem governamental atinge 43% dos estabelecimentos assistidos. A assistência técnica e a extensão rural são serviços de importância fundamental no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária.

Pelo fato de muitos produtores rurais entrevistados não receberem assistência técnica, a avaliação deste item foi negativa com 52% completamente insatisfeitos e não satisfeitos (Figura 2). Dezesete por cento (12 produtores) mencionaram que a assistência técnica recebida poderia melhorar e 24% (17

respondentes) sentiram-se muito satisfeitos com a assistência recebida – nesse caso, foram de produtores que receberam assistência particular, por terem arrendado suas terras para uma usina sucroalcooleira. Por não receberem nenhum tipo de assistência, cinco produtores respondentes afirmaram não ter como avaliar o item.

Figura 2: Avaliação dos produtores rurais sobre a assistência técnica recebida



Fonte: Dados da pesquisa (2011)

Segundo os dados levantados na presente pesquisa, é pertinente afirmar que, de fato, não há assistência técnica à maioria dos produtores entrevistados da microbacia. Ressalta-se, ainda, que a assistência prestada por órgãos públicos é relativamente baixa por atingir um número reduzido de produtores. Por outro lado, a assistência pela iniciativa privada apresenta-se mais significativa que a participação de origem pública.

O detalhamento sobre a assistência recebida em função do segmento de atuação e porte encontra-se no item relativo à comercialização dos produtos. Tal fato demonstra que a maioria dos produtores encontra-se isolado tecnicamente e insatisfeito quanto a isso. Conseqüentemente, futuramente poderão vir a ter implicações diretas sobre seus resultados, sobre sua produtividade, lucratividade, capacidade de inovação e eficiência de seu processo de comercialização devido à falta de assistência.

#### **4.5 Participação do produtor em associação, sindicato ou órgãos de classe**

Os órgãos de representação da categoria de produtores rurais são importantes para cuidarem dos direitos e obrigações legais, da articulação, organização e das aspirações coletivas e individuais dos seus representados. Existem diversas formas de representação nas diferentes esferas de governos, além de representação por meio de conselhos, associações, cooperativas, dentre outros. Tais instituições buscam reunir seus esforços, vontades e recursos, com o objetivo de superar dificuldades, resolver problemas e gerar benefícios comuns aos participantes.

Assim, procurou-se diagnosticar a efetiva participação dos produtores rurais da microbacia dos Córregos São Pedro e Araras nos órgãos de representação da categoria. Detectou-se que 30 produtores participam de algum tipo de órgão, 14 não participam, mas têm interesse em participar e 26 não participam e não se interessam em participar.

Destaca-se que 23 pequenos produtores mencionaram não participar e também que não se interessam em conhecer melhor sobre a participação em algum órgão de representação da categoria. Dezenove pequenos produtores já participam, juntamente com a maioria dos médios (6) e grandes produtores (5). Interessante ressaltar que 13 pequenos e um médio produtor não participam, mas afirmaram que gostariam de participar de uma instituição de representação da categoria.

As instituições citadas pelos produtores respondentes são: a Cooperativa de Crédito do município (19 produtores) e Sindicato Rural (sete produtores) com um maior número de associados. Outras instituições das quais os produtores participam de alguma forma são: cooperativas de café, de leite, de crédito oriundas de outros municípios, associação de produtores, COTAEMG, FAEMG, FEMAP (Federação Mineira de Apicultura), CBA (Clube Brasileiro de Apicultura) e ABMEL (Associação Brasileira dos Exportadores de Mel), entre outras.

Dentre as principais vantagens de participarem dos órgãos de representação destacam-se, na visão destes produtores, a melhoria da comercialização e compra de produtos, assistência técnica recebida, financiamentos, melhoria no processo de comunicação e informação entre os produtores.

Dos respondentes que participam de órgãos de representação, 19 produtores não observaram nenhuma desvantagem desta participação. Porém, dentre os outros que participam, algumas desvantagens foram apresentadas, tais como: juros altos dos bancos cooperativos; contribuir e não ser beneficiado ou não perceberem os resultados esperados; acharem que fica onerosa a participação; há uma fraca atuação dos órgãos e distância da vivência direta do produtor e há também um desânimo dos associados.

Dos produtores que não participam de nenhuma associação, sindicato ou órgãos de classe, 14 disseram ter o interesse em participar para esclarecer dúvidas, discutir preço dos produtos, ficarem mais informados e criarem alternativas de melhoria de sua renda. Todavia, 26 deles não participam e nem têm interesse em participar de algum órgão de representação da categoria. Alegaram como principais motivos da não participação: não residirem na cidade; os órgãos não fazem nada pelo produtor; já participou e não gostou ou não deu sorte com as experiências anteriores decorrente de administrações mal sucedidas, falta de profissionalismo e falência de cooperativas; não vê vantagens; não tem tempo; dizem ter a idade avançada; só gasta e o lucro não é distribuído igualmente.

Para que ocorra o fortalecimento das associações, do sindicato rural ou de órgãos de classe e, conseqüentemente, o fortalecimento dos produtores rurais é importante que haja incentivo e estímulo a participação dos vinte por cento dos entrevistados que demonstraram serem potenciais participantes. Por último, destaca-se que foi relativamente baixa a participação dos produtores no Sindicato Rural do município.

#### **4.6 Meios de transporte e situação das estradas**

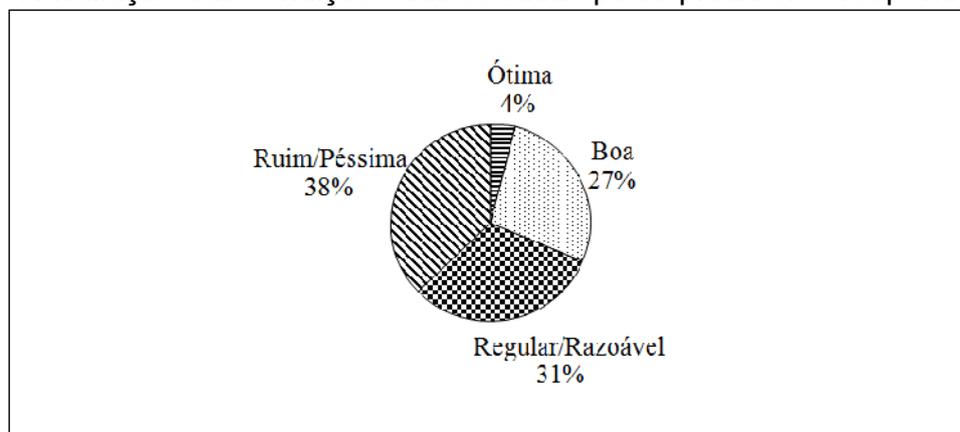
Neste trabalho se buscou verificar quais os principais meios de transporte utilizados pelos produtores rurais para seu deslocamento, bem como a avaliação deles sobre as condições das estradas e vias de acesso utilizadas.

O carro, para 45 respondentes, é o principal meio de transporte usado, enquanto que 19 utilizam ônibus, 4 usam moto e 2 dependem de carona. Todos os produtores de médio e grande porte usam o carro e os pequenos dependem

também de outros meios, dos quais 19 pequenos produtores usam somente o transporte público.

Os resultados sobre as condições das estradas e vias de acesso demonstraram que 27 entrevistados avaliaram como péssima ou ruim e 21 como regular ou razoável, como pode ser visto na Figura 3. Os motivos elencados para resultados negativos dessa avaliação foram: muitos buracos, poeira, ausência de cascalhamento, descaso com as estradas vicinais, falta de apoio dos órgãos públicos municipais na manutenção e conservação destas. Estas más condições relatadas geram um aumento no custo de transporte, prejuízos na produção por causa da deficiência no sistema de escoamento e recebimento de matérias primas, além de problemas causados ao transporte escolar.

Figura 3: Avaliação das condições das estradas pelos produtores respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2011)

Os produtores rurais que avaliaram as estradas como boas (19 respondentes) e ótimas (3) informaram que, apesar da poeira, a usina sucroalcooleira tem feito a manutenção periódica; caso contrário, estaria péssima. Outros produtores moram perto da estrada principal, que circunda a micro-bacia, por isso sofrem menos com o deslocamento, por se encontrarem em melhor situação que as estradas vicinais.

A avaliação das estradas como péssimas foi feita por 20 pequenos produtores e seis médios, enquanto nenhum grande produtor avaliou como péssima. Todavia, quatro grandes, um médio e 17 pequenos avaliaram como regular. A avaliação como ótima foi feita por apenas três produtores, dois pequenos e um grande e boa por 16 pequenos, dois médios e um grande.

## **4.7 Segurança**

A segurança pública é uma ferramenta de proteção à liberdade, dignidade e direitos humanos e, principalmente, de promoção à qualidade de vida dos cidadãos. Assim, é importante ressaltar que ela se encontra no rol dos principais fatores a serem considerados na avaliação do bem-estar social. Por isso, os produtores rurais da microbacia dos Córregos São Pedro e Araras foram indagados como se sentiam em relação à sua segurança. A maioria de pequenos (32), médios (5) e grandes (4) produtores sentem-se seguros, ao passo que 23 pequenos, quatro médios e dois grandes não apresentaram essa mesma opinião.

A maior parte dos produtores – 41 deles – sente-se segura porque, segundo os produtores, o local onde vivem é considerado tranquilo, nunca tiveram nenhum tipo de problema e consideram a vizinhança boa, outros mencionaram se tratar de um lugar afastado, além disso, acreditam e confiam nas pessoas da região. Entretanto, 41% afirmaram não se sentir seguros e dentre os principais motivos citados estão: preocupação com a violência no mundo, devido ao que veem na televisão.

De modo geral a segurança foi bem avaliada pela maioria dos produtores. Porém, há uma considerável parcela dos entrevistados que não se sentem seguros em função da presença inconstante dos órgãos de segurança pública, além do reiterado relato de muitos produtores sobre o crime violento ocorrido na região.

## **4.8 Relações de confiança e ética**

Muitos estudos abordaram a importância das relações de confiança no contexto rural para mensurar o capital social. Relações familiares e de vizinhança, relações de amizade e relações profissionais podem constituir formas latentes de capital social e esse conjunto de normas informais é que promovem a cooperação entre dois ou mais indivíduos. Logo é da existência e do compartilhamento dessas normas que surge confiança e redes entre indivíduos (ABRAMOVAY, 2000; BOURDIEU, 1980; CASTILHOS, 2002; VILLELA, 2001).

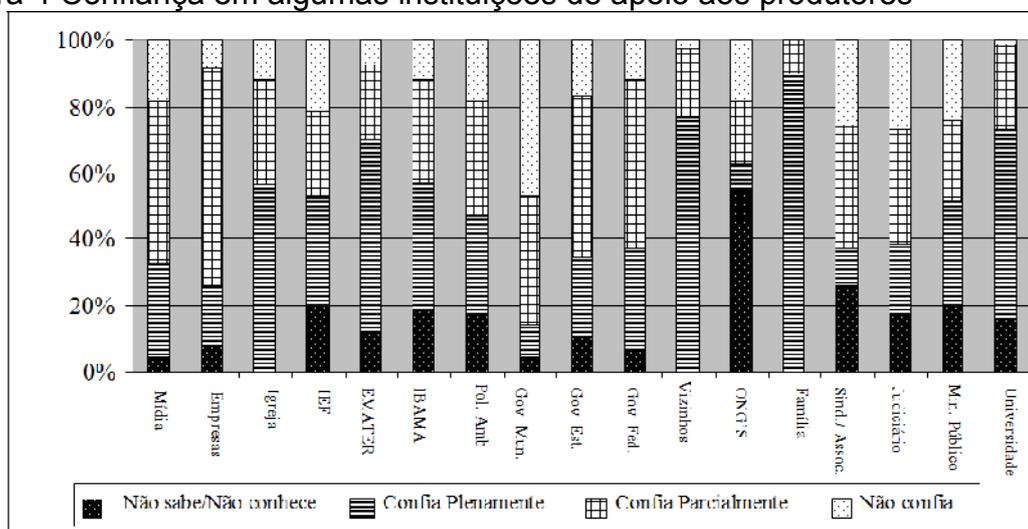
A confiança do produtor rural em dezessete instituições de apoio foi levantada. As instituições que inspiraram maior confiança, demonstrando laços

mais fortes pelos produtores foram, na ordem de importância, a família (90%), os vizinhos (77,14%), EMATER (58,57%), universidades (57,14%), igreja (56,52%), IBAMA (38,57), IEF (32,56%) e ministério público (31,43%).

As instituições de apoio que os produtores confiam parcialmente foram empresas (65,22%), governo federal (51,43%), governo estadual (48,57%), mídia (48,57%), IEF (32, 86%), sindicato e associações (37,14%), sistema judiciário (34,29%) e polícia ambiental (34,29%). As instituições que mais geraram desconfiança, ou que denotaram laços sociais mais fracos com os produtores rurais foram o governo municipal com 47,14%, o sistema judiciário (27,14%), os sindicatos e associações (25,71%) e o ministério público (24,29%).

É importante ressaltar que as instituições menos conhecidas dos produtores ou as quais estes não souberam avaliar a confiança foram as ONGs (Organizações Não-Governamentais) com 55,71%, sindicatos e associações (25,71%), ministério público e IEF, ambos com 20% das opiniões dos respondentes (Figura 4).

Figura 4 Confiança em algumas instituições de apoio aos produtores



Fonte: Dados da pesquisa (2011)

As instituições de maior confiança para pequeno médio e grande foram famílias e vizinhos, em primeiro e segundo lugar, respectivamente. Em terceiro lugar, a instituição de maior confiança para os grandes foi a universidade, para os médios a EMATER e a igreja para os pequenos. Na quarta posição e empatados o IEF e EMATER foram de total confiança para os grandes, bem como mídia e universidade para os médios e EMATER para os pequenos.

Do lado oposto de avaliação, se tem que os pequenos produtores confiam menos no governo municipal (49%), sindicatos rurais e associações (25%), polícia ambiental, ministério público e sistema judiciário com 20% dos produtores afirmando não confiar. Os médios produtores confiam menos no IEF e sistema judiciário, ambos com 55,56% das opiniões dos entrevistados, seguido pelo governo municipal e ONGs com 44% e com 33% o governo estadual e ministério público. Por fim, as instituições que os grandes produtores mais desconfiam, dentre as 17 apresentadas, foram o sistema judiciário e ministério público, ambos com 50% das opiniões, empatadas também estão o governo municipal, os sindicatos e associações e a igreja com 33% de desconfiança.

Com relação à percepção dos produtores rurais sobre algum tipo de comportamento, ação ou conduta antiética na microbacia estudada, as opiniões foram balanceadas, sendo que 51,5% (36 produtores) disseram não ter percebido nenhuma situação de comportamento antiético, enquanto que 48,5% (34 produtores) afirmaram ter percebido algum tipo de conduta que foi contra seus princípios éticos. Ao se pormenorizar, a maioria dos pequenos, no caso 30 produtores, não perceberam comportamentos antiéticos ao contrário que a maioria dos médios (7) observou algum tipo de conduta antiética. Os grandes produtores tiveram sua opinião contrabalanceada onde três não verificaram ações desprovidas de ética e três mencionaram que perceberam sim.

Dentre as principais ações consideradas antiéticas, a grande maioria, no caso, 12 dos produtores destacaram unicamente os calotes de empresas compradoras de leite, onde os motivos foram desde má fé, ganância, má administração, falta de responsabilidade, dentre outros que acabaram gerando prejuízos aos produtores da microbacia. Esses comportamentos foram em sua maioria, praticados por indivíduos que não residem na microbacia e que não fazem parte do relacionamento cotidiano dos moradores. Grande parte dessas ações foi de cunho comercial relativo à compra e venda dos produtos, e casos eventuais foram ligados a problemas interpessoais e também de ordem ambiental.

Outras ações antiéticas pontuais foram mencionadas pelos produtores: atraso de pagamentos por parte de compradores dos produtos; roubo equipamentos das propriedades; discussão entre vizinhos por causa de cerca de divisa; lixo jogado por transeuntes na estrada; entre outros.

#### 4.9 Lazer e tradição cultural

Para que o indivíduo tenha plena qualidade de vida, é fundamental a dedicação de parte de seu tempo a alguma atividade que lhe proporcione prazer, liberdade, sensação de bem-estar, sentimento de felicidade, que podem ser encontrados no lazer.

O principal lazer dos produtores da microbacia é assistir televisão, mencionado por 21,43% dos respondentes, assim como também foi considerado o principal meio de comunicação que os produtores utilizam para se informar diariamente. Passear na cidade e viajar, ambos com 12,86%, foi a principal atividade de distração e, nestes casos, a atividade é realizada por toda a família. Dez por cento disseram visitar a família e 8,57% atribuíram como uma forma de divertimento ir ao clube, participar de pescarias, churrascos e futebol – atividade esta a mais realizada pelos homens, tanto para realização, quanto para visualização.

Alguns produtores (8,57%) disseram não ter nenhum tipo de lazer, pois vivem para o trabalho. E 5,71% afirmaram que o principal divertimento são as cavalgadas. Também, com 5,71%, várias outras atividades mencionadas foram englobadas, tais como viajar para casa de familiares, nadar em açudes e fazer comida, ir à missa e a “terços e rezas” em casas de vizinhos, jogar cartas, dançar em bailes da terceira idade e ir às festas da região. É baixa a porcentagem de produtores rurais que acreditam não ter nenhum tipo de lazer, enquanto a maioria busca manter sua vida social por meio de uma diversidade de apropriações culturais do lazer. Ao se analisar por porte, para a maioria dos grandes produtores o principal lazer é viajar (3), para os médios é ir ao clube (4) e para os pequenos, assistir televisão (14).

Em se tratando de tradição cultural presente na microbacia, 64% dos produtores rurais entrevistados identificou algum tipo de tradição cultural, sendo as mais mencionadas: folia de Reis (27%), terços (Santos Reis e São Sebastião) com 23,7%, festa do Rosário (9%), festa junina da Escola Municipal Rural (9%). Outras tradições culturais nem sempre dentro da microbacia foram mencionadas, tais como a Festa de São Sebastião (6,7%), Exposição Agropecuária (5,7%), cavalgadas (5,7%), congado (3,3%), festa de Santana (2,2%); e outras foram

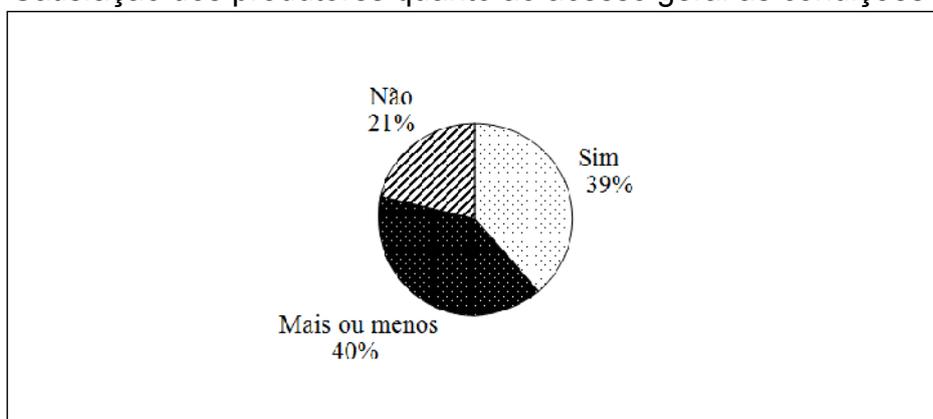
mencionadas em menor quantidade, com 1,1% das tradições percebidas como a festa da Bandeira, fogueira de São João, leilões, dias de campo, missas em fazendas.

A maioria dos pequenos e médios produtores reconhece as tradições culturais presentes na micro-bacia sendo, respectivamente, 36 e sete produtores, e a maioria dos grandes – no caso quatro –, não reconhecem nenhuma tradição cultural presente na bacia.

#### 4.10 Satisfação quanto ao acesso às condições sociais

Indagou-se aos produtores rurais da microbacia sobre suas opiniões gerais e específicas referentes às condições sociais que têm acesso e o que se obteve como respostas foram que 40% sentem-se mais ou menos satisfeitos. Trinta e nove (39%) sentem-se satisfeitos e 21% não se sentem satisfeitos com as condições sociais, conforme pode ser observado na Figura 5, abaixo.

Figura 5 Satisfação dos produtores quanto ao acesso geral às condições sociais



Fonte: Dados da pesquisa (2011)

Dentre os entrevistados que representaram 40% daqueles que se sentiram mais ou menos satisfeitos, 68,5% relatou que a situação das estradas é a que mais os incomodam e atrapalham, por gerar prejuízos diretos no deslocamento, de crianças para a escola e escoamento da produção. Em segundo lugar destacam-se problemas referentes à educação de seus filhos com 12,2%, demonstrando apreensão sobre o transporte escolar e perspectivas de melhoria da escolaridade. Em terceiro lugar aparecem transtornos relativos à saúde (9,7%). Na quarta posição, com 7,2%, apontaram a dificuldade de acesso aos meios de

comunicação, principalmente relativos aos sinais de recepção de telefonia móvel e internet, ou seja, inseridos no contexto da exclusão digital, seguindo com 2,4% relacionando as problemáticas referentes a necessidades de melhorias em sua moradia.

Para os 21% de produtores rurais (15 respondentes) totalmente insatisfeitos as causas de descontentamento da maioria giraram em torno da situação das estradas e da saúde, da educação dos filhos, e por problemas gerais (não há acesso aos serviços sociais na microbacia ou que têm de recorrer ao município em busca de solução para os problemas de ordem social).

A satisfação com as condições sociais relativas ao porte demonstra que os pequenos e médios estão mais satisfeitos. Dos pequenos 24 (43,64%) estão totalmente satisfeito e 22 (40%) mais ou menos e nove (16,36%) insatisfeitos; dos médios, quatro (44,44%) estão totalmente satisfeitos, dois (22,22%) mais ou menos e três (33,33%) insatisfeitos. A maioria dos grandes (50%) encontra-se insatisfeita, um satisfeito (16,67%) e dois (33,33%) totalmente satisfeitos.

Por fim, verificou-se que os produtores rurais pontuaram genericamente suas opiniões quanto às condições sociais, tendo em vista que haviam discutido pontualmente vários fatores antes de sua emissão de um parecer geral.

## **5 CONCLUSÕES**

O que Dagnino (1994), chamou de “cidadania ampliada” (moradia, educação, saúde, saneamento) é ponto de destaque nas respostas dos pesquisados. Para que se efetive a produção de meios de subsistência faz-se necessário o acesso a determinados ativos, importantes para a produção de bens e serviços para consumo. Assim, é fundamental que se atente tanto para a preservação ambiental, quanto para aspectos socioeconômicos no trato das propriedades rurais, mote desta pesquisa.

Para que se tenha a devida produtividade, é preciso contar com assistência técnica condizente, fomentada pela participação social em associações e, ou sindicatos, os quais foram entendidos como inexpressivos pelos respondentes. Assim, a maior escolaridade, representou mais acesso à informação e,

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 166 - 192, abr./set. 2017.

consequentemente maior grau de urgência sobre o acesso às condições sociais. Percebeu-se que os pequenos produtores são os mais satisfeitos em relação às condições sociais; possivelmente isso se dê pelo fato de eles terem menos expectativas a ações governamentais e políticas.

Pontos destacados negativamente foram as condições das estradas vicinais, acesso à informação e saúde, denotando desleixo dos órgãos públicos específicos no atendimento a questões consideradas importantes aos produtores rurais, já que as estradas são os meios de acesso mais usado para que os proprietários possam e seus familiares possam ir à ao centro urbano, por motivos acadêmicos, de saúde e outros. Se se levar em conta apenas o tópico referente ao estudo, conforme mostrado pela CEPAL (2002), os indicadores educacionais rurais brasileiros estão entre os piores da América Latina; então, a boa manutenção das estradas deve ser considerada fundamental.

## **SOCIOECONOMIC ASPECTS IN RURAL ACTIVITY IN A MICRO-WATERSHED**

### **ABSTRACT**

The aim of this study was to identify the main constraints and social potential of farmers of watershed streams Are Pedro and Macaws in the municipality of Bambuí-MG. For both was conducted a descriptive and exploratory case study with data collection through the application of semi-structured questionnaire to 70 producers inserted into the watershed. It was obtained that the main social potentials were relating to Community trusts and favourable location. In the vision of the producers are the main limiting factors, in relation to social, linked mainly to road conditions and lack of support to small producers (technical assistance, info on public policy). You can indicate some alternatives to revitalization of the social order of this watershed: the main social actions that must be committed are regarding conservation of roads and information to producers through the performance of public agencies. The main socioeconomic alternative suggested is the Association of producers regarding the production chain which are inserted. This approach leverages the strong community social capital, present in the basin.

**Keywords:** rural producers, economy, society.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

AHLERT, L. A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47. 2009, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/709.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2011.

AVELAR, L. **Participação Política**. In AVELAR, L. e CINTRA, O. A.(eds.): Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Adenauer-Konrad-Stiftung. 2004.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 31, n. 1, p. 2-3, 1980. Disponível em: <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/arss\\_03355322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2069/article\\_arss\\_0335-5322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2069.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/arss_03355322_1980_num_31_1_2069/article_arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2011.

BORGES, W. J. Tecnologia e inclusão social. **Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p. 589-602, jul./ago. 2007.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311 p.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTILHOS, D. S. B. **Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do PRONAF**. 2002.172 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA – CEPAL. **Indicadores rurais na América Latina**. 2002. Disponível: <[www.cepal.org.br](http://www.cepal.org.br)>. Acesso em: 30 jan. 2010.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: UFSM, Pallotti, 2003. p.157-194.

DAGNINO, E. (Org.). Os Anos 90: Política e Sociedade No Brasil. Editora Brasiliense. 172 p. 1994.

FELICIANO, A. M. et al. **Impacto da tecnologia de informação (TI) sobre o processo decisório do agricultor familiar**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2004.

FELICIANO, A. M. et al. **Inclusão digital em comunidades rurais**. Florianópolis: Epagri, 2007. 130 p. Projeto Beija-Flor, internet no campo.

JESUS, J. C. S. et al. **Considerações estratégicas sobre o processo de informatização das empresas/ propriedades rurais**. 1996. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/trabalhos/ag95/doc30.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

MATOS, A. G. **Capital social e autonomia**. 2002. Disponível em: <[www.nead.gov.br/index.php?acao=artigo&id=1](http://www.nead.gov.br/index.php?acao=artigo&id=1)>. Acesso em: 23 mar. 2010.

MELLO, M. A. et al. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**. São Paulo: Apic, 2003.

NAZZARI, R. K. **Juventude brasileira: capital social, cultura e socialização política**. Cascavel: Edunioste, 2006.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD core set of indicators for environmental performance reviews**. Paris, 1993. (OECD. Environmental Monographs, 83).

PASSADOR, J. L. et al. **Capital social e desenvolvimento rural sustentável: uma abordagem sistêmica da verticalização da agricultura familiar**. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO, 12., 2005, Bauru. **Anais...** Bauru: [s. n.], 2005. 1 CD ROM.

PORCIÚNCULA, M. M. S. A inclusão de pequenos produtores rurais na cultura digital: novos saberes e fazeres de pequenos produtores rurais e os impactos na redução das desigualdades sociais. In: LA COMPUTADORA: UNA OPORTUNIDAD PARA LA DISCAPACIDAD, 1., 2008, Montevideo. **Anales...** Montevideo: [s. n.], 2008. p. 65-72. Disponível em: <<http://www.niee.ufrgs.br/eventos/SICA/2008/pdf/C206%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAMBUÍ. **História e características da cidade de Bambuí**. Bambuí: Tele centro e Biblioteca Pública Municipal João Apolinário de Oliveira, 2007.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, A. Q. **Inclusão social, inclusão digital e desenvolvimento local**. Brasília, 2003. (Texto de palestra apresentado em Seminário de Desenvolvimento Local).

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005. 296 p.

SIQUEIRA, L. H. S. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. 2004. 124 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, G. P.; VELA, H. A. G. Desenvolvimento e comunicação no meio rural: a dificuldade de se estabelecer relações dialógicas . In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2002. 1 CD ROM.

SILVA JÚNIOR A. G. Impacto da Internet no agronegócio. **Economia Rural**, Viçosa, MG, v. 1, n. 12, p. 14-16, 2001.

SIMÓN FERNÁNDEZ, X.; DOMINGUEZ GARCIA, D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 17-26, abr./jun. 2001.

VALE, S. M. L. R.; SANTOS, H. N. Considerações sobre o uso da informática a administração de empresas rurais. **Economia Rural**, Viçosa, MG, v. 9, n. 3, p. 23-25, 1998.

VILLELA, G. A. P. **O processo de construção de capital social e a influência da extensão rural**: estudo de caso do Projeto Área-Piloto do RS, envolvendo quatro municípios do Planalto Sul-Riograndense. 2001. 64 p. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ZORZI, A. **Transmissão da propriedade**: uma etapa da reprodução social na agricultura familiar. 2005. Trabalho de Conclusão do Curso (Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.